



**PROTESTANTISMO E DIVERSIDADE SEXUAL NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA A PARTIR DA
PRODUÇÃO ACADÊMICA RECENTE (2020-2025).**

Lucas Emanuel Nunes Gonçalves¹

¹ Mestrando PPGHIS – Universidade Estadual de Goiás.

Resumo

Este trabalho analisa como a produção acadêmica brasileira recente tem abordado a relação entre protestantismo e dissidência sexual, com ênfase nas disputas simbólicas e políticas que atravessam o campo religioso. A pesquisa se inscreve no campo historiográfico, fundamentando-se na perspectiva histórico-crítica de Sérgio da Mata. Foram estudadas 21 publicações científicas indexadas entre 2020 e 2025 como fontes históricas capazes de revelar aspectos da cultura política e religiosa do Brasil contemporâneo. Os artigos foram localizados por meio de buscas sistemáticas nas plataformas Google Scholar, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, a partir de combinações das palavras-chave: “evangélicos”, “sexualidade”, “gênero” e “LGBTQIA+”. A análise se estruturou em três eixos temáticos: disputas institucionais e políticas, focando na atuação pública de evangélicos e seus discursos sobre moralidade; experiências subjetivas e resistências, centradas nos impactos da exclusão e nas respostas simbólicas de indivíduos e coletivos; e produção simbólica e alternativas teológicas, com ênfase em processos de ressignificação da fé em contextos inclusivos. Os resultados evidenciam a pluralidade interna do campo evangélico e o papel central da religião na configuração de normas, afetos e pertencimentos. A pesquisa contribui para o debate contemporâneo sobre religiosidade e diversidade sexual, destacando como o discurso religioso é mobilizado para controlar, excluir ou reinventar subjetividades.

Palavras-chave: protestantismo; LGBTQIAPN+; dissidência sexual

Introdução

Este trabalho, inserido no campo da História das Religiões, propõe analisar os discursos evangélicos sobre a sexualidade como construções simbólicas e históricas, expressões de disputas morais e institucionais que atravessam o Brasil contemporâneo. Nas últimas décadas, o campo religioso brasileiro tem se configurado como um espaço de embates em torno da sexualidade, marcado pela emergência de movimentos cristãos inclusivos, pela crescente visibilidade de pessoas LGBTQIA+ em comunidades de fé e pela atuação política de lideranças religiosas conservadoras. Tais dinâmicas evidenciam um



cenário em constante transformação, no qual fé, moralidade e pertencimento são constantemente renegociados.

Na construção de uma compreensão mais ampla sobre as relações entre religião e sociedade, é fundamental reconhecer o fenômeno religioso como parte constitutiva das dinâmicas sociais. Longe de se restringir ao campo da crença individual, a religião, conforme analisa Bourdieu (2007), representa um sistema de produção de sentido que estrutura simbolicamente o mundo social. Nessa perspectiva, o campo religioso aparece como um espaço de disputas por autoridade e legitimidade, onde diferentes agentes competem pelo poder de definir o sagrado e, por extensão, moldar práticas morais e políticas. Assim, a religião se torna um dos mecanismos mais potentes de consagração da ordem ou de contestação das hierarquias vigentes, interferindo de forma decisiva na configuração das esferas públicas e privadas da vida social. (Bourdieu, 2007).

Se por um lado a religião atua como força estruturante do mundo social, por outro, sua pluralidade interna gera efeitos variados nas interações com temas como sexualidade e moralidade pública. A pluralidade de tradições religiosas no Brasil não resulta apenas em diferentes doutrinas ou liturgias, mas em formas variadas de interação com a sociedade e, portanto, em múltiplas respostas às questões éticas, políticas e culturais. Conforme analisa Bourdieu (2007), o campo religioso é composto por agentes diversos que disputam a autoridade de nomear o sagrado, o legítimo e o moral. Essa disputa simbólica não se dá em um vazio neutro, mas em articulação constante com outras esferas sociais, como o direito, a política e a educação. Assim, a diversidade de posicionamentos religiosos frente à sexualidade e ao gênero é expressão dessa pluralidade de campos e agentes, o que torna impossível qualquer generalização. Cada tradição, movimento ou liderança interpreta e atua de maneira própria, produzindo efeitos distintos na vida pública e nos direitos das pessoas LGBTQIA+. (Bourdieu, 2007)

Com base nesse entendimento, é importante destacar que o campo evangélico brasileiro é composto por uma pluralidade de expressões teológicas, institucionais e culturais que impedem generalizações apressadas e imprecisas. Como aponta Pinezi (2009), é possível distinguir pelo menos três grandes grupos evangélicos no Brasil: os protestantes de missão,

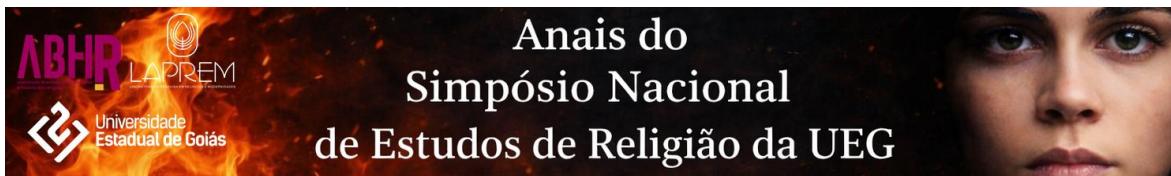


os pentecostais e os neopentecostais. Os primeiros estão historicamente ligados a tradições protestantes históricas (como luteranos, anglicanos, congregacionais, presbiterianos, batistas e metodistas) e mantêm forte vínculo com instituições educacionais e missionárias norte-americanas. Já os pentecostais, surgidos no início do século XX, enfatizam a experiência do Espírito Santo, a glossolalia e os dons espirituais, promovendo uma vivência religiosa marcada por expressividade carismática e experiência direta com o sagrado. Por fim, os neopentecostais, mais recentes e midiáticos, articulam fé com prosperidade, batalha espiritual e protagonismo político. (Pinezi, 2009)

Essas distinções não são meramente teóricas: elas impactam diretamente os modos como diferentes segmentos evangélicos se posicionam frente às questões de gênero e sexualidade. Enquanto parte dos evangélicos de missão mantém posturas conservadoras, mas dialoga com instâncias acadêmicas e jurídicas, muitos pentecostais e neopentecostais adotam discursos militantes e moralistas, influenciando políticas públicas e promovendo campanhas de combate à “ideologia de gênero”. No entanto, há também iniciativas de resistência dentro desses grupos, como movimentos inclusivos, pastores progressistas e comunidades afirmativas. (Pienzi, 2009)

Compreender essa diversidade interna é fundamental para evitar essencialismos e analisar criticamente as formas plurais de subjetivação e contestação que emergem no campo religioso. É dentro dessa multiplicidade de vozes, tensões e disputas que este trabalho se insere. Este trabalho busca analisar tais dinâmicas a partir de uma perspectiva histórica, considerando como os discursos religiosos são mobilizados tanto para legitimar exclusões quanto para inaugurar novos sentidos de pertencimento.

Diante desse panorama, esta pesquisa propõe analisar como os discursos religiosos no campo evangélico brasileiro têm operado na construção simbólica da sexualidade, legitimando exclusões, mas também viabilizando práticas de resistência e pertencimento. Para isso, serão examinadas produções acadêmicas recentes que tematizam a relação entre fé evangélica e diversidade sexual, buscando identificar os sentidos atribuídos à moralidade sexual em diferentes contextos e tradições.



Desenvolvimento

A presente pesquisa fundamenta-se na concepção historiográfica de Antoine Prost (2008), segundo a qual não existem fatos históricos dados a priori, mas objetos construídos a partir de perguntas que os tornam inteligíveis. Assim, o que torna um documento relevante não é sua natureza intrínseca, mas a capacidade de responder a uma questão historicamente situada. Isto é, é a formulação do problema que transforma um texto acadêmico em fonte histórica. Sob essa orientação teórica, os artigos analisados são concebidos não como registros neutros de dados, mas como vestígios discursivos que expressam disputas simbólicas, valores institucionais e conflitos morais do tempo presente. Eles se tornam fontes históricas na medida em que são interpelados criticamente, iluminando os modos como o campo religioso participa da construção social da sexualidade e da moralidade pública no Brasil. (Prost, 2008)

A utilização de artigos científicos como documentos históricos também se justifica por sua inserção direta no debate intelectual contemporâneo. Publicados entre os anos de 2020 e 2025, esses textos refletem as inflexões mais recentes da pesquisa acadêmica sobre religião e diversidade sexual, permitindo captar com precisão as transformações em curso nas relações entre fé, poder e subjetividade. A seleção seguiu critérios de pertinência temática, recorte temporal e relevância institucional, priorizando artigos publicados em periódicos avaliados por pares, com acesso aberto, localizados nas bases SciELO, Google Scholar e Portal CAPES. Foram utilizadas combinações de palavras-chave como “evangélicos”, “sexualidade”, “LGBTQIA+”, “teologia queer”, “espiritualidade” e “políticas públicas”, a fim de garantir um conjunto coerente de produções que abordam, de maneira direta, a presença de sujeitos dissidentes nos espaços religiosos cristãos.

O recorte temporal estabelecido, de 2020 a 2025, não é arbitrário, mas estrategicamente definido para acompanhar o acirramento das disputas morais e institucionais envolvendo religião e direitos sexuais no Brasil. Esse intervalo permite compreender como os discursos evangélicos têm respondido a pressões externas e internas, revelando tanto estratégias de exclusão quanto formas de reconfiguração simbólica e resistência.



Do ponto de vista interpretativo, a análise adotou a abordagem histórico-compreensiva proposta por Sérgio da Mata (2010), que propõe um “agnosticismo metodológico” diante do fenômeno religioso. Isso implica suspender juízos de valor, evitando tanto a apologética quanto o reducionismo cientificista, para compreender a religião em sua complexidade simbólica, social e política. Ao aplicar esse referencial, a pesquisa busca interpretar os discursos religiosos sobre a sexualidade como construções historicamente situadas, portadoras de sentidos múltiplos e atravessadas por tensões entre tradição e transformação. (Mata, 2010)

Por fim, os artigos selecionados foram organizados de acordo com critérios cronológicos e temáticos, compondo um quadro analítico dividido em três eixos interpretativos: (1) *Disputas Institucionais e Políticas Públicas*, que reúne textos sobre ativismo religioso, laicidade e embates morais no espaço público; (2) *Experiências Subjetivas e Resistências*, voltado às vivências de sujeitos LGBTQIA+ em contextos de fé, com foco em exclusão, sofrimento e agência; e (3) *Produção Simbólica e Alternativas Teológicas*, que abrange a emergência de teologias inclusivas, espiritualidades afirmativas e ressignificações do sagrado. Embora não pretendam esgotar a complexidade do tema, tais eixos foram construídos como ferramentas analíticas para compreender as dinâmicas entre religião e diversidade sexual no campo evangélico contemporâneo.

A análise do conjunto de artigos selecionados resultou em um total de 21 produções científicas publicadas entre 2020 e 2025, localizadas por meio de buscas realizadas nas plataformas Google Scholar, Portal de Periódicos da CAPES e SciELO. A seleção utilizou combinações de palavras-chave como *evangélicos*, *sexualidade*, *gênero*, *LGBTQIA+*, *teologia*, *igreja* e *homossexualidade*, de modo a delimitar um recorte coerente com os objetivos da pesquisa. Tal critério de busca visou garantir a pertinência temática das fontes, bem como a diversidade disciplinar e a contemporaneidade dos debates acadêmicos em torno da relação entre religiosidade evangélica e diversidade sexual no Brasil.

O número significativo de publicações indica que, embora recente, a produção acadêmica sobre a intersecção entre evangélicos e diversidade sexual vem se consolidando como um campo emergente de investigação. Trata-se de um esforço teórico e empírico que



mobiliza distintas tradições analíticas para compreender as dinâmicas de exclusão, resistência e transformação que atravessam os espaços religiosos e seus efeitos sobre os corpos dissidentes.

Com o intuito de organizar a análise de forma mais clara e coerente com os objetivos da pesquisa, os artigos selecionados foram sistematizados em divisão temática para oferecer uma chave analítica que compreendesse como a intersecção entre fé e sexualidade vem sendo abordada no campo acadêmico, articulando tanto as disputas institucionais quanto as experiências subjetivas e as reelaborações simbólicas em curso, conforme sintetizado na Tabela 1 em anexo.

O primeiro eixo temático, *Disputas Institucionais e Políticas*, parte da hipótese de que o campo religioso, especialmente em sua vertente evangélica, atua como um agente normativo que disputa o controle sobre os sentidos da moralidade pública no Brasil. Esperava-se encontrar, nos artigos selecionados, evidências de como lideranças e instituições religiosas influenciam diretamente a formulação de políticas públicas e os discursos sobre cidadania e sexualidade, sobretudo no que tange à população LGBTQIA+. A análise visou identificar se essas instituições operam como espaços de resistência à ampliação de direitos ou se revelam ambivalências e transformações internas.

A partir da abordagem histórico-compreensiva proposta por Sérgio da Mata, as instituições religiosas devem ser compreendidas como agentes históricos que participam ativamente da produção simbólica da realidade. Elas não apenas expressam valores, mas moldam sentidos coletivos, disputam legitimidade e influenciam diretamente a formulação de normas que regulam a vida social e política. Isso implica enxergar a religião como instância histórica em constante embate, articulada com outros campos do poder, como o jurídico, o político e o educacional. (MATA, 2010)

Um dos núcleos centrais que emerge da análise é a instrumentalização da *agenda antigênero* como eixo mobilizador de ações políticas. Artigos como os de Pavani (2024), Oliveira (2022) e Cortez (2023) mostram como o discurso religioso conservador se articula com estratégias discursivas para barrar ou deslegitimar políticas públicas voltadas à diversidade. Seja por meio da inserção direta de agentes evangélicos em instâncias estatais –



como na formulação da BNCC –, seja por meio de campanhas morais como a do “kit gay”, a moral religiosa é mobilizada como linguagem política, capaz de disputar o próprio vocabulário democrático. Essa mobilização do afeto e do medo, muitas vezes associada a um pânico moral cuidadosamente encenado, transforma a gramática religiosa em ferramenta eleitoral e instrumento de governo simbólico.

Outro ponto recorrente nos artigos é a atuação de líderes midiáticos que ressignificam o espaço da igreja como palco político. Elfbio Jr. e Kobayashi (2023) ilustram essa dinâmica ao analisar discursos fascistas em forma e conteúdo proferidos por pastores neopentecostais, como André Valadão, cuja linguagem divide a sociedade entre os “de Deus” e os “do mundo”. Essa construção de alteridades demonizadas reforça o que Mata identifica como a produção histórica de exclusões a partir de gramáticas de verdade. Ao operar uma lógica de purificação moral, esses discursos não apenas mobilizam a comunidade de fé, mas interferem diretamente nas formas de reconhecimento social de grupos dissidentes.

O debate sobre a moralidade pública é também enriquecido pela análise de Silveira (2020), que demonstra como a heteronormatividade evangélica se apresenta como absoluto moral frente à fluidez da vida contemporânea. Esse embate não se dá apenas em nível doutrinário, mas é continuamente atualizado em disputas por legitimidade no espaço público. A proposta pós-tradicional de Silveira conversa diretamente com a noção de religiosidade como instância produtora de sentido histórico: o que está em jogo é a preservação de um núcleo normativo diante das ameaças do pluralismo e da diversidade.

Em paralelo, Lima et al. (2022) e Alcântara (2022) contribuem ao apontar como essas dinâmicas institucionais reverberam na subjetividade de fiéis. As tensões entre aceitação e rejeição aparecem de forma ambígua, revelando disputas internas ao campo evangélico. Mesmo diante de avanços legais, como o casamento homoafetivo ou a criminalização da homofobia, essas pesquisas evidenciam que há uma resistência subterrânea, operada por dispositivos religiosos que modelam afetos, opiniões e práticas. Isso reforça a hipótese de Mata de que a religião deve ser lida como campo de agenciamento político-histórico, e não apenas como espaço de crença privada.



Copelli (2020) amplia essa discussão ao abordar a adesão de indivíduos LGBTQIA+ a discursos conservadores. Sua análise sobre os chamados “gays de direita” evidencia como a subjetivação religiosa pode operar não apenas como resistência, mas como conformidade estratégica, sustentando gramáticas morais que negam a própria identidade. Essa dimensão paradoxal do pertencimento é crucial para compreender os modos como os discursos religiosos atravessam e reconfiguram a experiência do sujeito.

Por fim, Souza Jr. (2020) traz à tona o entrelaçamento entre o conservadorismo religioso e um projeto de nação baseado na moralidade, na disciplina e na defesa da ordem. A convergência entre valores evangélicos e imaginários políticos autoritários mostra que o campo religioso opera, também, como uma matriz de coesão identitária diante das crises da modernidade, projetando para o espaço público uma gramática do absoluto.

Em síntese, orientada por uma perspectiva histórico-crítica, os estudos analisados revelam um campo religioso que, à semelhança do que propõe Sérgio da Mata, disputa as regras do jogo social não apenas por meio de crenças, mas por meio da atuação estratégica em diferentes frentes: política institucional, mídia, subjetividade e moralidade pública. A religião se apresenta, assim, como força histórica que organiza visões de mundo, tensiona os limites da laicidade e transforma as estruturas simbólicas da cidadania em arenas de disputa normativa.

A partir da abordagem histórico-compreensiva, o Segundo Eixo **Experiências Subjetivas e Resistências** tematiza as experiências subjetivas de sofrimento, exclusão e resistência vividas por pessoas LGBTQIA+ em contextos religiosos. Inspirado na proposta de Sérgio da Mata, busca-se compreender as crenças e discursos não a partir de juízos normativos, mas como práticas historicamente situadas que moldam modos de vida, moralidades e vínculos sociais (Mata, 2010). Esse olhar exige do pesquisador um compromisso com a escuta crítica e empática das narrativas que emergem do campo religioso, entendendo-o como um espaço de disputas simbólicas que atravessam a vida íntima e coletiva dos sujeitos.

Entre os artigos analisados, nota-se um núcleo importante de investigações sobre a Igreja Batista da Lagoinha e sua relação com o Movimento Cores, como ocorre nos trabalhos



de Signates (2020) e Rausch e Prado (2024). Esses estudos evidenciam a ambiguidade do discurso pastoral em relação à homossexualidade, que, ao mesmo tempo em que oferece espaços de acolhimento condicionado, mantém mecanismos de invisibilização e sujeição. A solteirice compulsória, a negação do afeto e a imposição de padrões heteronormativos são descritas como dispositivos de controle simbólico que produzem sofrimento e incerteza. Ainda assim, os autores identificam brechas de resistência, nas quais os sujeitos reelaboram suas identidades religiosas e sexuais, disputando sentidos no interior da própria comunidade de fé.

Essa gramática de exclusão é aprofundada no estudo de Rosas (2024), que analisa o discurso midiático do pastor André Valadão. A pesquisa revela como a retórica antigênero opera por meio de oposições morais que constroem um "nós" evangélico viril e um "outro" desviante, ameaçador e desqualificado. O discurso religioso assume, nesse caso, contornos políticos, estruturando-se como uma gramática de guerra moral. O impacto subjetivo dessa linguagem é múltiplo, afetando não apenas os alvos da exclusão, mas também os modos pelos quais a masculinidade, o poder e a autoridade religiosa são performados e legitimados.

As contribuições da Psicologia emergem de modo incisivo nos trabalhos de Freitas e Strey (2025) e Oliveira et al. (2024). O primeiro examina como a chamada "cura gay" ainda encontra espaço na produção científica nacional, mesmo sob forte crítica institucional. As autoras alertam para a persistência de discursos patologizantes travestidos de argumentos técnicos, que reiteram o sofrimento de sujeitos LGBTQIA+ sob o pretexto de cuidado psicológico. O segundo trabalho utiliza a obra Orações para Bobby como documento cultural para explorar os impactos intergeracionais da rejeição religiosa. A análise mostra como o luto, a culpa e a dor familiar se enraízam em concepções religiosas sobre a sexualidade, mas também aponta caminhos de transformação simbólica, como ocorre na trajetória da mãe que, após a morte do filho, converte sua dor em militância.

Gomes e Souza (2022), por sua vez, revelam que o preconceito religioso não é exclusividade de uma denominação específica, estendendo-se também a outras tradições como as de matriz africana. A partir de entrevistas com jovens de distintas filiações religiosas, o estudo mostra como a fé pode tanto reforçar discursos de exclusão quanto



oferecer recursos para o empoderamento e a reconfiguração subjetiva. O campo religioso, portanto, é descrito como um território ambivalente, onde crenças e práticas se articulam em constante tensão entre violência simbólica e possibilidade de reinvenção.

Alckmin-Carvalho et al. (2025) ampliam essa discussão ao focar na relação entre vivências homoafetivas e religiosidade no contexto do casamento. O estudo revela como casais LGBTQIA+ cristãos elaboram uma espiritualidade própria, ressignificando doutrinas excludentes e criando espaços de fé compatíveis com suas identidades. A partir de uma teologia da reconciliação, esses sujeitos constroem uma ética afetiva centrada no cuidado, no vínculo e na dignidade relacional. Em vez de romper com a fé, reformulam-na de forma crítica, tornando visível a emergência de um cristianismo inclusivo que disputa o campo simbólico religioso.

Em coerência com o agnosticismo metodológico proposto por Da Mata, evitou-se validar ou condenar as crenças analisadas, buscando, antes, compreender os efeitos que essas crenças produzem nas trajetórias dos sujeitos. Ao escutar os ecos do sofrimento e as brechas de resistência no interior das tradições religiosas, os estudos aqui reunidos iluminam não apenas as formas de exclusão, mas também os modos pelos quais novos sentidos são construídos, ampliando os horizontes da dignidade, da fé e da cidadania para os corpos dissidentes.

Por fim, no **terceiro eixo temático**, a análise se volta à produção simbólica, às ressignificações teológicas e às alternativas construídas por sujeitos LGBTQIA+ em contextos religiosos. Conforme propõe a metodologia histórico-compreensiva de Sérgio da Mata, é fundamental compreender como os discursos não apenas descrevem, mas também produzem realidades e subjetividades, a partir da tensão entre narrativas hegemônicas e contra-narrativas que emergem no cotidiano dos fiéis dissidentes (Mata, 2014).

A teologia inclusiva aparece como o principal movimento simbólico de ruptura com a heteronormatividade eclesial. Na análise da Igreja Cristã Contemporânea, Senna et al. (2025) mostram que a aceitação não se limita ao plano discursivo, mas se realiza em práticas litúrgicas, reinterpretações bíblicas e reconfigurações de pertencimento. Essa teologia enfatiza o amor incondicional de Deus, ressignifica passagens tradicionalmente utilizadas



para condenar e legitima a presença de lideranças LGBTQIA+ no altar e na organização da comunidade de fé

Entretanto, essa mesma produção simbólica carrega tensões internas. Santos (2023) evidencia, a partir da figura da "bicha preta pentecostal", que nem sempre as igrejas inclusivas conseguem superar todas as estruturas excludentes. A racialização do corpo dissidente e sua feminilização exacerbada ainda geram desconforto e resistência, mesmo em ambientes que se pretendem acolhedores. Assim, a teologia inclusiva, apesar de inovadora, não é homogênea nem imune aos atravessamentos de classe, raça e gênero. As experiências de sujeitos negros e afeminados desestabilizam padrões normativos mesmo dentro das igrejas acolhedoras

Essa complexidade também aparece em Musskopf (2021), que argumenta que as teologias queer latino-americanas não buscam prescrever uma nova ortodoxia, mas sim criar sentidos teológicos a partir das experiências concretas de marginalização e desejo. A teologia torna-se um ato de resistência poética e política, feito nos corpos e nos afetos, por vezes em tensionamento com as formas mais institucionais de acolhimento. Trata-se de um fazer teológico "indecente", que se expressa nas liturgias encarnadas, nas performances drag e nos rituais dissidentes

De modo semelhante, Freire (2022) mostra como o processo de fundação da Igreja da Comunidade Metropolitana está repleto de simbologias que articulam reconciliação, desejo e utopia, num esforço de resgatar o sentido religioso de pertencimento para quem historicamente foi expulso dos espaços de fé. Coelho Jr. (2023) acrescenta, por sua vez, que longe de instaurar uma "anarquia sexual", essas igrejas produzem novas gramáticas morais, ora mais próximas de uma ética do eros civilizado, ora voltadas à santificação da homossexualidade, e reorganizam os limites da sexualidade permitida a partir de novas lógicas internas de coerência e espiritualidade

Portanto, as alternativas teológicas não são neutras nem isentas de disputas. Como mostra a análise de Natividade (2022), a gestão da vida íntima nas igrejas inclusivas se faz também pelo controle afetivo e simbólico, o que exige uma escuta atenta às contradições internas desses espaços. A produção simbólica da fé LGBTQIA+ no Brasil evangélico não



pode ser reduzida a um discurso uniforme de acolhimento. Ela é feita de rupturas, tensões e negociações permanentes, que explicitam tanto os avanços quanto os limites de uma teologia que deseja ser libertadora.

Conclusão

O número significativo de publicações indica que, embora recente, a produção acadêmica sobre a intersecção entre evangélicos e diversidade sexual vem se consolidando como um campo emergente de investigação.

Observa-se também que a identificação das tradições evangélicas varia conforme o enfoque dos estudos. Enquanto alguns autores nomeiam explicitamente as vertentes, outros preferem abordagens fenomenológicas, centradas em experiências, práticas e conflitos. Ainda assim, é recorrente a análise de discursos e lideranças marcadas por forte moralização da sexualidade e ativismo conservador especialmente pelo pentecostalismo e neopentecostalismo.

Nesse cenário, o campo religioso emerge como um espaço plural, atravessado por disputas internas e formas ambivalentes de atuação pública. As lideranças evangélicas exercem influência na formulação de normas sociais, mas também se veem tensionadas por resistências, reposicionamentos e trajetórias dissidentes. Esse panorama confirma a complexidade do fenômeno religioso na contemporaneidade e sua centralidade nos debates sobre direitos e cidadania sexual.

Referências

ALCÂNTARA, Luan. Influência religiosa sobre a tolerância política aos homossexuais: análise comparativa na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 38, p. 1–29, 2022.

ALCKMIN-CARVALHO, Fernanda; et al. Entre o altar e o armário: a influência da religião na saúde mental de pessoas LGBTQIA+. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 17, n. 1, p. 66-84, 2025.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 27–78.



- COELHO JÚNIOR, Carlos Lacerda. Anarquia sexual ou eros civilizado? Novos parâmetros sexuais, família e monogamia entre homens gays evangélicos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 38, n. 111, 2023.
- COPELLI, Alexandre Lauriano. Gays de direita e a nova onda conservadora: a negação de si mesmo e a contradição do conservadorismo nos costumes por parte de membros da comunidade LGBT+. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 1–16, jan.–mar. 2020. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>.
- CORTEZ, Ana Claudia Salgado. Evangélicos no espaço público: uma análise sobre agenda de gênero. *PLURA – Revista de Estudos de Religião*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 24–45, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/256659.14.1-1>.
- ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel; KOBAYASHI, [Prenome não informado]. Nós gays: a linguagem fascista de pastores neopentecostais no combate aos Direitos Humanos. *Boletim do Tempo Presente*, Aracaju, v. 12, n. 7, p. 3–23, jul. 2023.
- FREIRE, Rodrigo. Gênese da inclusão: narrativas sobre a fundação das Metropolitan. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 8, n. 3, p. 57–76, 2022.
- FREITAS, Gabriel Souza de; STREY, Marlene Neves. A psicologia e a “cura gay”: uma análise das produções brasileiras. *Conhecimento Online*, Novo Hamburgo, v. 17, n. 1, p. 183-203, 2025.
- GOMES, Paulo César; SOUZA, Luiz Felipe. Todo religioso é preconceituoso? Uma análise da influência da religião nas atitudes em relação à homossexualidade. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 641-663, 2022.
- LIMA, Bruno Ponte Belarmino; GOMES, Ágatha Aila Amábili de Meneses; SOUZA, Luana Elayne Cunha de. Atitudes de religiosos acerca do casamento e da adoção por LGBs. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 38, e38521, 2022.
- MATA, Sérgio da. *História & Religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MUSSOKPF, André. Teologia queer e grupos cristãos LGBTQIA+ na América Latina. *Religião & Sociedade*, v. 41, n. 2, p. 174–197, 2021.
- NATIVIDADE, Marcelo. Pastorais sexuais e gestão da vida íntima: casamento, afetividades e violência em igrejas inclusivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 109, 2022.
- OLIVEIRA, Darlene; LIMA, Nayra; BRAGA, Naiara. Homossexualidade, família e religião: uma análise psicossocial de Orações para Bobby. *Revista de Estudos da Religião*, v. 24, n. 1, p. 1–20, 2024.
- OLIVEIRA, Ronie Silveira de. A construção discursiva do “kit gay” como instrumento de manipulação do eleitorado evangélico brasileiro. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 8, n. 1, p. 124–143, 2022.
- PAVANI, Rodrigo Bonifácio de Souza; ALVES, Maria Isabel Alonso. A participação de religiosos conservadores na política: BNCC, gênero e sexualidade. *Caderno Pedagógico*, Curitiba, v. 21, n. 5, p. 1–30, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n5-094.
- PINEZI, Ana Keila Mosca. O sentido da morte para protestantes e neopentecostais. *Paideia*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 43, p. 199–209, maio/ago. 2009.



- PRADO, Maria Aparecida Moura; RAUSCH, Adriana Aparecida Lopes Cardoso. Cores da sujeição: enunciados sobre a (homo)sexualidade dentro de uma igreja evangélica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 29, n. 3, p. 1–22, 2024.
- PROST, Antoine. As fontes. In: _____. *Doze lições sobre a história*. Trad. Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2008. p. 71–86.
- ROSAS, Nina. Religião, mídia e política: o ativismo antigênero de André Valadão e uma gramática em disputa. *Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 26, e024013, abr./ago. 2024.
- SENN, Milena Gomes de; LISBÔA, Thaís Silva. Teologia inclusiva e vivências de fé: uma análise da Igreja Cristã Contemporânea em Nova Iguaçu. *Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, João Pessoa, v. 1, n. 34, p. 67–88, jan./jun. 2025.
- SIGNATES, Luiz. Solteirice e invisibilização: a relação entre religião e homossexualidade no ministério evangélico LGBTQ+ “Movimento Cores”. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 69–90, jul./dez. 2020.
- SILVEIRA, Flávio Ricardo Vassoler da. Duelo de absolutos e relativos: os evangélicos, a heteronormatividade e o pós-tradicional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 103, p. 1–20, jan. 2020.
- SOUZA JÚNIOR, José Carlos de. Evangélicos e conservadorismo: afinidades eletivas. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 13, n. 38, p. 136–156, maio/ago. 2020.